

Testemunhos e outras fontes: uma aproximação no mapeamento de redes feministas (Argentina e Brasil pós-década de 1960)

Ana Maria Veiga*

Fim da década de 1960: as manifestações feministas eclodiam pelo mundo ocidental desenvolvido e logo chegavam a países mais afastados dos grandes centros. Mesmo considerados periféricos, em uma visão hierarquizada, esses países encontraram maneiras próprias de inserção no âmbito das grandes questões que transformaram o mundo, principalmente a partir de 1968.

No Brasil, a ditadura militar já havia se instalado sobre a sociedade desde o golpe de 1964, portanto as identificações e as disputas discursivas em torno das reivindicações das mulheres tiveram de abrir espaços e encontrar seus limites dentro do contexto da resistência ao regime e da expansão do pensamento de origem marxista, motor de conflitos, suposta voz da transformação.

Na Argentina, a ditadura militar, nos moldes em que a reconhecemos, constituída pela repressão e pela violência sem limites, foi levada a cabo a partir de 1976, apesar de os métodos de crueldade já terem sido inaugurados alguns anos antes, com a atuação de grupos paramilitares naquele país¹, temidos por quem esteve em posição contrária à ordem

* Doutoranda em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1 O principal grupo paramilitar argentino, conhecido como a Triple A (Alianza Anticomunista Argentina), atuou entre 1973 e 1976, o chamado período “entregolpes”, divulgando listas com os nomes das centenas de pessoas que seriam executadas.

social que esses grupos (apoiados também pelo governo peronista) tentavam a qualquer preço estabelecer.

A proposta que trago com este artigo é a de um mapeamento das redes feministas que começaram a se formar lentamente a partir desse período nos solos da Argentina e do Brasil, com suas estratégias e dificuldades, que depois resultaram em redes mais efetivas, observadas a partir da década de 1980 – anos de redemocratização na história dos dois países. Contrapondo os relatos de algumas mulheres com os discursos encontrados em periódicos declaradamente feministas, sugiro buscarmos compreender como essa história pode ter sido traçada e como os contrastes desses discursos servem para enriquecer ainda mais a abordagem historiográfica.

Tanto no Brasil como na Argentina, reconhecer-se feminista era uma tarefa difícil para as mulheres pertencentes aos grupos de esquerda. Ainda em 1966, surgia a primeira tese escrita por uma brasileira de esquerda que abordava a questão da opressão das mulheres. O trabalho de Heleieth Saffioti *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* teve influência sobre muitas outras brasileiras que depois se tornaram feministas, a partir de sua publicação como livro, três anos depois. Como ela, a britânica Juliet Mitchell publicava no mesmo período o texto clássico da literatura feminista socialista, *Women, the largest revolution*, que chegaria também às vizinhas argentinas, a princípio com a tradução de Mirta Henault², uma das entrevistadas que tomam lugar nestas páginas. A tradução brasileira, de 1967, recebeu o título *Mulheres, a revolução mais longa*³.

Os grupos que se formaram na Argentina a partir de 1970, e no Brasil a partir de 1972, já tinham suas referências. Para quem não estava no âmbito socialista, outras autoras começavam a publicar livros feministas – entre elas, Betty Friedan (*The feminine mystique*, 1963), Shulamith Firestone (*The dialectic of sex*, 1970), Kate Millett (*Sexual politics*, 1970) e Germaine Greer (*The female eunuch*, 1970), também traduzidas para outros idiomas⁴. Depois vieram outras. A leitura desses livros certamente ajudou

2 A tradução recebeu o título *Mujeres, la revolución más larga*.

3 Publicado na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, São Paulo, 1967.

4 No Brasil foram traduzidos, respectivamente, como *A mística feminina*, *A dialética do sexo*, *Políticas sexuais* e *A mulher ennuco*.

a compor uma consciência de rede, que foi ganhando visibilidade e ação com o passar dos anos e o desenvolvimento de novas propostas.

Os grupos que se formaram a partir daquele momento efetuaram trocas e circularam materiais como estratégia de expansão e consolidação. Mas como as relações entre as feministas e suas estratégias políticas se estenderam em direção a um desejo de solidariedade e apoio entre as mulheres, independentemente da situação geopolítica de cada uma? E de que maneira buscaram fazer esse movimento?

Outras breves considerações sobre redes

Segundo Ilse Scherer-Warren (1996, p. 14), o movimento feminista está entre os movimentos sociais e culturais mais relevantes que entraram em cena e se expandiram pelo mundo a partir da década de 1970⁵. A autora ressalta a ação da sociedade civil por meio dos potenciais de articulação dos sujeitos/atores sociais, com o foco na luta de classes cedendo espaço às ações coletivas contemporâneas. “As modificações nas abordagens não são o mero fruto de um repensar teórico. Há transformações nas realidades internas dos países latino-americanos e externas com repercussões transnacionais sobre a prática efetiva dos movimentos sociais.” De acordo com ela, as modificações históricas conduzem ao repensar das teorias. Mesmo assim, a questão da luta de classes permaneceu (ao menos naqueles anos) na “ideologia” das feministas de esquerda, tanto brasileiras como argentinas, e muitas delas contribuíram na formação da rede feminista a partir do exílio forçado pelo contexto repressivo das ditaduras militares.

Para Manuel Castells (2008), a distância entre dois pontos é menor se eles forem parte de uma rede, ou seja, o individualismo afasta a concretização dos objetivos comuns. Isso nos possibilita pensar como se foi constituindo uma rede feminista, com a inicial tomada de consciência por algumas mulheres, que levou à mudança de atitude/ação, muitas vezes dentro de organizações ou partidos políticos.

5 Com essa opinião concordam também Eric Hobsbawm, Stuart Hall, Geoff Eley, entre outros(as) autores(as).

Castells apresenta sua concepção: “[...] rede é um conjunto de nós interconectados”, que formam estruturas capazes de se expandir ilimitadamente, integrando novos nós que também se comuniquem, ou seja, que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (Castells, 2008, p. 566). O antropólogo J. A. Barnes, já em 1969, definia como rede “[...] um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (Barnes, 1987, p. 167). Outro autor que ajuda a pensar em uma rede de leitoras feministas (mesmo sem se referir especificamente a elas) é Alejandro Piscitelli, que vê como possibilidade de rede “[...] uma comunidade a distância que, ainda que não esteja unida fisicamente, de toda maneira forma um grupo associado” (Piscitelli, 2002, p. 80).

Percebemos com essas colocações a quantidade de variações que cercam o conceito “rede” – polivalente –, de acordo com Osvaldo Saidón: “O termo ‘rede’, em sua polivalência, nos remete por um lado a uma linha mais conceitual e por outro tem um sentido puramente instrumental e técnico” (Saidón, 2002, p. 203). A análise que apresentamos está mais próxima do segundo sentido proposto por este autor, quando olhamos para as redes feministas, em suas possíveis escalas, como ferramentas utilizadas na proposta de ampliação e consciência de um grupo de pessoas (no caso as mulheres) com uma luta/objetivo, além de uma opressão comum.

A argentina María Cristina Ravazzola compara as redes ao próprio movimento de mulheres⁶ por ver em ambos pontos de semelhança. “Será que as redes, por serem organizações coletivas que desafiam as formas de organização piramidais tradicionais, já compartilham algo com as organizações que propuseram e deram suporte aos movimentos de mulheres?” (Ravazzola, 2002, p. 191). A autora observa nas redes características que muitas vezes são encontradas, de acordo com ela, nos grupos de mulheres, como disponibilidade para a autorreflexão, expressão aberta dos sentimentos de todas, participação ativa de todas as integrantes do grupo, que se sentem produtoras de cada projeto, aceitação das diversidades e, por fim, integração e respeito pelos objetivos de todas as componentes (Ravazzola, 2002, p. 194).

6 A autora explica em nota de rodapé que usa o termo “movimento de mulheres”, pois o “movimento feminista” ainda é malvisto na Argentina, onde o senso comum o relaciona às lutas das mulheres contra os homens.

Olhando para o conjunto de entrevistas com o qual trabalhamos no chamado Projeto Cone Sul⁷, o argumento de Ravazzola soa como uma idealização do movimento de mulheres, ou do movimento feminista, pois o conflito interno sempre existiu nos grupos e em muitas situações as divergências só foram superadas na ação conjunta contra a opressão comum a todas. Por mais que se pregasse uma horizontalidade, isto é, uma ausência de hierarquias entre elas, algumas se colocavam à frente dos grupos em inúmeras situações. Nossa intenção aqui não é adentrar essas questões, mas perceber como essas mulheres se articulavam e traçavam caminhos para si e para seus grupos. Os testemunhos orais são o principal fio condutor da elaboração deste artigo. Então vamos à história que eles permitem contar.

Semelhanças, diferenças, narrativas

No período pós-década de 1960, muita coisa aconteceu. Os exílios e as viagens a outros países fizeram parte da lenta constituição de uma rede sem precedentes. A circulação de informações e textos nos periódicos e as leituras que muitas dessas mulheres fizeram geraram identificações, que traziam especificidades na passagem de um país a outro e principalmente na relação de muitas feministas com os grupos de esquerda. Busco aqui puxar algumas linhas do tecido dessa possível história (Cf. também Veiga, 2009).

As argentinas Mirta Henault, Sara Torres, Lucrecia Ollér, Dora Barrancos e Monica Sol estiveram no Brasil durante o regime militar no país vizinho. Enquanto para Mirta a viagem significava um encontro com uma cultura diferente e menos puritana do que a sua, Sara e Lucrecia já aproveitavam para trocar materiais e fazer contatos com as feministas brasileiras. Dora Barrancos, exilada, descobriu o feminismo em Belo Horizonte e não se afastou mais das temáticas em torno das relações de gênero.

7 Essas entrevistas podem ser encontradas no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. Aqui foram analisadas as realizadas com as argentinas Mirta Henault, Sara Torres, Lucrecia Ollér, Dora Barrancos e Monica Sol e com as brasileiras Maria Lygia Q. de Moraes, Heleieth Saffioti, Danda Prado e Zuleika Alambert. Além disso, utilizei o depoimento de Sônia W. Maluf em comunicação oral.

Monica Sol e seu companheiro também tiveram de se exilar no Brasil com a chegada da ditadura na Argentina, onde ela nunca mais voltou a morar. Vamos nos acercar um pouco mais de seus relatos.

Mirta Henault, Dora Barrancos e Monica Sol estiveram diretamente envolvidas com grupos de esquerda argentinos. Mirta era trotskista e foi a única das três a permanecer em seu país natal, talvez devido à rápida identificação com o feminismo, que não encontrava eco na maioria dos grupos da esquerda argentina. Ela escolheu entrar em um grupo feminista, mas sem deixar de lado a preocupação com questões que envolviam a desigualdade social. Fez parte do que se chamou na Argentina feminismo-socialista. Seu contato com o Brasil aconteceu informalmente, quando ela e uma companheira viajaram para visitar uma amiga argentina exilada aqui. Estiveram no Sudeste e no Nordeste brasileiros, queriam chegar ao Amazonas, mas seguiram viagem só até Natal. Mirta conta que no Brasil sentia-se em plena liberdade, longe dos tabus vigentes em seu país (Henault, 2007). E observem que o Brasil estava em pleno regime militar, o que ainda não era o caso da Argentina. Até hoje Mirta Henault se interessa pelas trocas com o Brasil, principalmente em relação às ações e publicações do movimento feminista.

Ex-sindicalista e militante de esquerda na Argentina, perseguida e ameaçada de morte, Dora Barrancos se exilou no Brasil durante a última ditadura militar argentina. Apesar de querer ir para o México – rumo de muitos exilados e exiladas de quase toda a América Latina –, seu destino foi o Rio de Janeiro, em 1977, chegando depois a Belo Horizonte. “O Brasil, eu sempre digo, foi o país que inaugurou os novos exílios na América Latina” (Barrancos, 2006). Dora via a ditadura brasileira como mais amena do que a argentina, pois era possível encontrar pessoas contrárias ao regime atuando em órgãos públicos, como a Secretaria da Saúde de Belo Horizonte, onde foi trabalhar (Barrancos, 2006). Na volta a seu país, anos depois, começou a militar em um novo espaço que se formava – o feminismo acadêmico.

Monica Sol fazia parte do Partido Socialista de los Trabajadores – o PST. De orientação trotskista, ela e seu companheiro foram perseguidos pelo regime militar argentino e partiram para o exílio brasileiro depois de verem tantas outras pessoas de seu grupo presas, torturadas e desaparecidas. Sol destaca que nunca se comentava a respeito da violência sexual sofrida na prisão argentina (Sol, 2009). Mais uma vez nos deparamos com

o “puritanismo da esquerda” apontado por Henault, ou esse tipo de silêncio pode ser considerado instrumental, atuando como encorajador para os companheiros que não conheciam os bastidores do cárcere militar?

A trajetória de Monica Sol se entrecruza em alguns aspectos com o relato da brasileira Sônia Weidner Maluf⁸. Ambas encenaram peças teatrais para levar adiante os argumentos possíveis para a esquerda sob os regimes de repressão em seus países, com um tipo de teatro voltado também para as questões da opressão sofrida pelas mulheres. É importante observar que essas peças eram encenadas apenas por mulheres, que assumiam a vanguarda de seus grupos trazendo outras questões e que, apesar da resistência de grande parte dos companheiros, as manifestações feministas brasileiras e argentinas, em sua maioria, estiveram ancoradas a princípio por mulheres militantes ligadas ao campo da esquerda e da resistência ao governo militar⁹.

Sônia Maluf, assim como Monica Sol, tinha seu foco orientado para a camada mais pobre da população. Ia semanalmente ao sindicato dos metalúrgicos em Canoas, no Rio Grande do Sul, para dar “assessoria feminista” às dirigentes e a outras mulheres que trabalhavam no sindicato. Aos sábados, seguia para alguns bairros pobres a fim de exibir filmes e discutir com as mulheres; seu trabalho era fazer a ligação entre a chamada luta de classes e a problemática feminista. Define essa dupla militância como “[...] uma militância de esquerda no interior do feminismo e uma militância feminista no interior da esquerda” (Maluf, 2009).

Monica Sol foi enviada pelo PST para trabalhar em fábricas, na periferia de Buenos Aires, também permanecendo em contato com mulheres pobres. Além das semelhanças mais aparentes no tipo de militância que exerciam, Sol e Maluf foram influenciadas pelas leituras de Marx, Engels, Alexandra Kollontai, mas também pelas leituras das feministas com quem foram tendo contato mais adiante (Sol, 2009; Maluf, 2009). Hoje, narrando suas histórias a partir de uma visão mais próxima das práticas e teorias feministas, elas ainda mantêm vínculos ideológicos e posturas de esquerda

8 O relato de Sônia Weidner Maluf não foi registrado com base em entrevista (apesar de haver uma entrevista com ela no acervo do LEGH/UFSC), mas de acordo com o registro nos anais eletrônicos de um evento promovido pela *Feminist Review* inglesa. Cf. Maluf, 2009.

9 Ironicamente, o mesmo termo “militar” é usado como substantivo para designar o agente de um dos extremos da relação binária nas ditaduras, ao mesmo tempo que se torna o principal verbo de ação para o outro polo, o dos militantes, aqueles que optaram por militar.

– mas a esquerda que descobriram para si, não aquela formada pelos grupos e partidos daqueles primeiros anos.

Sem terem feito trocas diretas, algumas feministas brasileiras e argentinas apresentam relatos bastante similares, com características próprias, mas que trazem diversos pontos e questões em comum. Essas semelhanças e a relação delas com a possível formação de uma rede feminista serão discutidas em outro momento. Por hora, vejamos as narrativas de outras mulheres.

A argentina Sara Torres, apesar da postura de esquerda, não estava ligada a grupos ou partidos políticos. Em 1970, descobriu no feminismo que se formava precocemente na Argentina (se comparado ao brasileiro) o seu verdadeiro lugar. Rapidamente uniu-se às feministas da Unión Feminista Argentina (UFA), da qual faziam parte Leonor Calvera, Nelly Bugallo, Gabriela Christeller e María Luisa Bemberg, nomes que ficaram bastante conhecidos no cenário do feminismo argentino e também no espaço público, principalmente com a projeção de Bemberg, que se tornou uma cineasta de sucesso com o apoio das companheiras (Torres, 2007). As leituras que fizeram juntas (e que aparecem nos relatos de componentes de outros grupos) também vieram a coincidir com os textos lidos por muitas brasileiras.

Sara Torres esteve no Brasil pela primeira vez em 1979, para o I Encontro da Mulher Paulista, um importante marco para o feminismo brasileiro (coincidente cronologicamente com a anistia no país), que passou a sofrer algumas transformações. Foi o momento em que muitas exiladas políticas começaram a voltar, tendo passado pela influência do feminismo europeu ou estadunidense. As relações partidárias aos poucos ficaram para trás e foi a partir daí que surgiram as primeiras discussões mais amplas sobre a “autonomia” do feminismo nas reivindicações e o desligamento da política partidária. É claro que para as brasileiras que haviam ficado no país, as coisas não foram tão simples e naturais. A passagem para o feminismo autônomo deu-se de forma mais gradual.

Mas o que Sara Torres levou daquele encontro foram os primeiros contatos que a ligariam ao feminismo brasileiro em expansão. Além da troca de informações e de leituras, os novos contatos se transformaram em solidariedade e amizade, fazendo com que voltasse outras vezes ao Brasil e que passasse a fazer parte de uma rede que lançava novos fios, num movimento sem precedentes envolvendo as mulheres (Torres, 2007).

Outra argentina que esteve nos encontros brasileiros é Lucrecia Ollér. Ela narra que seu ingresso no feminismo argentino aconteceu em 1978, quando voltou ao país depois de muitos anos viajando pela conhecida empresa de cosméticos Helena Rubinstein. Lucrecia conta que, por vezes, teve de cobrir hematomas de algumas mulheres de políticos importantes em lugares por onde passou. Indignada com esse tipo de situação e com a própria indústria cosmética, que perpetuava o papel social das mulheres, decidiu voltar ao seu país, onde imediatamente identificou-se com um grupo de mulheres feministas, já em plena ditadura argentina. Conta que os encontros eram clandestinos, pois tinham de driblar a dura censura e a perseguição política generalizada (Ollér, 2007).

Nas primeiras viagens ao Brasil, dessa vez já como feminista, Lucrecia Ollér conheceu as brasileiras Danda Prado e Branca Moreira Alves, que a hospedaram com outras duas amigas em suas casas, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesse caso também, além da troca de ideias e informações, houve entre elas a formação de um grupo de estudos e a circulação de materiais. Danda Prado fazia fotocópias de materiais publicados no exterior para que as companheiras argentinas pudessem discuti-los também. Lucrecia teve contato com a publicação que as latino-americanas organizadas por Danda Prado no exílio editaram a partir de 1974 e que se chamou *Nosotras* (Ollér, 2007). Com esse periódico, editado em Paris, em outra parte deste artigo vamos puxar alguns outros fios da rede que se formava.

Lucrecia estava impressionada com a “sinceridade com que escreviam as brasileiras” e também com a relação direta entre Danda, Branca e suas criadas dentro de casa, com as quais falavam da opressão dos homens sobre as mulheres e da violência doméstica que deviam evitar. A troca entre brasileiras e argentinas seguiu durante alguns anos. Branca até hoje se hospeda na casa de Lucrecia quando vai a Buenos Aires (Ollér, 2007).

Ao contrário das argentinas que estiveram no Brasil ou que aqui se exilaram, as brasileiras que entrevistamos tiveram pouca entrada na Argentina, mas se deslocaram para outros lugares, que de certa forma possibilitaram a expansão da imagem da rede que proponho neste trabalho.

Maria Lygia Quartim de Moraes, por exemplo, foi se exilar no Chile em 1971. O país era o destino de muitos brasileiros e brasileiras da esquerda, ameaçada pelo regime militar, que encontravam apoio no governo

socialista de Salvador Allende. Com sua derrocada em 1973 e a instalação de um sangrento regime militar no poder, os(as) exilados(as) tiveram que deixar o Chile e buscar abrigo em outras partes. Muitas brasileiras acabaram indo para a Europa. Maria Lygia instalou-se na França, como tantas outras. Ainda não havia se identificado com as propostas feministas, que conheceu melhor a partir dos contatos no exterior (Moraes, 2007). A política pouco feminista dos partidos fez com que muitas mulheres fizessem suas escolhas. Era impossível ignorar que outras demandas tomavam centralidade em suas vidas. Mesmo assim, grande parte delas não abriu mão da perspectiva de classe, mas com autonomia, longe da estrutura partidária.

Danda Prado, como mencionado, também foi um dos pontos de ligação na rede que passou a integrar feministas europeias e brasileiras, além das vizinhas sul-americanas. Ela foi para Paris em 1970, onde descobriu os ideais feministas e formou um grupo de discussão com brasileiras e outras latino-americanas afastadas de seus países de origem pelos mesmos motivos políticos. Danda conta que a reunião semanal desse grupo começou a incomodar os maridos de algumas das brasileiras, que chegaram a ser indagadas pelo Partido Comunista (PC) sobre a relevância daquelas discussões para a “luta geral”. Muitas deixaram o grupo porque a sobrevivência no estrangeiro era subsidiada pelo partido (Prado, 2005). As que conseguiram permanecer passaram a publicar o periódico *Nosotras*, já citado no relato de Lucrecia Ollér.

Zuleika Alambert também foi para o Chile em 1972, de onde seguiu para Paris. Envolvida com os projetos do PC para as exiladas políticas, ela também formou em torno de si um grupo de mulheres comunistas. Foi só na volta ao Brasil, com a influência de Ruth Escobar, que aconteceu a entrada no feminismo, antes ofuscado pelos ideais partidários. É assim que ela trata o assunto: “Eu também era da luta ‘geralzona’, não queria saber de mulher nem pintada!” (Alambert, 2005). Zuleika Alambert, com isso, deixa claro mais uma vez o preconceito estabelecido sobre as militantes feministas, com suas reivindicações vistas como secundárias dentro da maioria dos grupos¹⁰.

10 Sem generalizar, é importante dizer que as práticas feministas foram aos poucos incorporadas por alguns grupos e partidos de esquerda, chegando ao âmbito legislativo em muitos países.

Analisando esses testemunhos, podemos inferir que trocas e circulações aconteceram, muitas delas como consequência das próprias ditaduras, como no caso das exiladas que se encontraram ou se descobriram feministas no exterior; outras tantas impulsionadas pela Década da Mulher instituída pela ONU em 1975. Sem dúvida, com os ares de democracia nos anos 1980, os grupos feministas puderam estar mais à vontade, chegando a passar por certa diluição no Brasil com a influência estatal nas questões relativas às mulheres e também com o retorno de muitas delas aos partidos políticos, já que finalmente a esquerda retomava sua representatividade política legal. As relações estabelecidas por essas mulheres fazem parte dos nós que se multiplicaram a partir daquele momento, pelos quais procuro mapear as redes que quero apontar.

Mas neste ponto se fazem necessários outros esclarecimentos que possam seguir além das lembranças dessas mulheres, traduzidas em sua oralidade, pois a história flui com leveza e corre o risco de tornar-se leviana ou de não merecer uma historicidade. A problematização dessas memórias e os caminhos da História Oral podem dar novo sentido a esses relatos e possibilitar ou não a legitimação de histórias pessoais, até agora apenas narradas.

História, memória, fontes orais

Quando o conjunto de fontes a ser analisado na pesquisa histórica é composto por testemunhos, é necessário critério e atenção, para que as narrativas dos e das protagonistas não assumam o lugar da própria história de vida dessas pessoas. Algumas autoras e autores podem contribuir no levantamento de questões e nas reflexões pertinentes a essa tarefa.

Beatriz Sarlo observa a dimensão subjetiva do narrado na escrita histórica, sugerindo uma crítica sobre a confiabilidade desses relatos. Essa autora desconfia quando os depoimentos são usados como recurso mais importante na reconstrução do passado, quando o testemunho é tomado como única fonte. “[...] não se deve basear na memória uma epistemologia ingênua”. Para ela, “[...] não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança” (Sarlo, 2007, p. 44).

Penso que é possível utilizar os testemunhos como fontes únicas de pesquisa em algumas situações, quando outras fontes não são encontradas.

É certo que eles devem ser questionados, mas os contextos históricos aos quais remetem muitas vezes podem atestar ou não suas reais possibilidades. Além disso, o testemunho oral, embasado na memória, passa a ser uma representação ou uma interpretação daquilo que a pessoa viveu subjetivamente e que resta ainda em sua lembrança. O fato vivido encontra expressão no relato da maneira como ficou registrado nos sentidos e na memória, onde permanece disponível para as escolhas narrativas. A subjetividade não invalida essas escolhas, ao contrário, força uma análise criteriosa que as considere e que trabalhe com elas do modo como se apresentam, sujeitas a humores, desejos e oscilações.

Sarlo (2007, p. 24) vê na narração a capacidade de criar uma nova temporalidade para a experiência. Essas temporalidades diferentes requerem atenção redobrada, pois são os motivos e as intenções do presente que fazem com que se narre o acontecido de uma maneira ou de outra. Sempre podemos escolher o que queremos narrar e a representação que queremos oferecer sobre nós ou sobre outras pessoas e grupos. Também para Beatriz Sarlo, todo ato de descrever o passado tem uma dimensão anacrônica, é um “ato presente de memória”¹¹, e os atos de memória são apenas uma versão dos fatos e não um “ícone de verdade” (Sarlo, 2007, p. 25).

Alejandra Oberti é uma das(os) autoras(es) que afirmam que não se deve buscar na fonte oral uma verdade ou a vida em si de uma pessoa, mas sim as representações que dão sentido à vida do(a) narrador(a), e pergunta quem é o sujeito que narra: aquele que viveu a experiência passada ou aquele que recorda? Com isso recorre à elaboração de Paul Ricoeur do conceito de “identidade narrativa”, que estaria relacionado ao terceiro tempo¹², ou seja, ao momento da narração (Oberti, 2006, p. 48).

Outra contribuição importante de Alejandra Oberti (2006, p. 51) é a relação que faz do testemunho de um indivíduo com o grupo e o contexto

11 Discuto a questão das diversas temporalidades que devemos levar em conta quando analisamos criticamente uma narrativa, considerando principalmente a do fato em si e a do relato propriamente dito, além do tempo transcorrido entre esses dois momentos. Cf. Veiga, 2009, p. 31.

12 Para Ricoeur, o “tempo calendário” está dividido em três: “O primeiro designa os ciclos curtos ou longos do tempo que retorna, ainda em círculos: dia, semana, mês, ano; o segundo designa o tempo linear dos períodos longos: século, milênio, etc.” São tempos medidos por relógios e calendários, ao contrário do “terceiro tempo”, que não seria nem cíclico nem linear, mas amorfo. “[...] é ele que a crônica referenciada na posição do narrador relata, antes que a narrativa separe a história contada de seu autor”. Cf. Ricoeur, 2007, p. 165.

a que ele pertence: “Os relatos autobiográficos, uma vez que permitem vislumbrar a particularidade de uma vida, iluminam um contexto social, o pertencimento a um grupo, a uma classe, a um gênero”. Isso pode ser observado mais detalhadamente nos testemunhos das feministas brasileiras e argentinas: um pertencimento a um gênero e a um lugar de luta e reivindicação. Suas lembranças encontram-se inscritas em relatos coletivos, resignificando um passado.

Ao problematizar a representação do passado, Paul Ricœur (2007, p. 87) denuncia a lacuna que se abre entre tempo e narrativa, já que a lembrança não se refere apenas ao tempo: ela também requer tempo – um tempo de luto. Para o autor, no plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa, e como as personagens da narrativa são colocadas na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação, ao mesmo tempo que os contornos da própria ação (Ricœur, 2007, p. 98).

As memórias das feministas brasileiras e argentinas convergem ou se tangem em diversos aspectos, muitos deles relacionados à prática feminista e à prática política sob o guarda-chuva das ditaduras militares que governaram esses países, tendo como período comum a segunda metade da década de setenta e os primeiros anos oitenta. É esse conjunto de fatores que forma a identidade narrativa de cada uma das protagonistas e contribui para o delineamento das ações individuais e coletivas, seguindo as reflexões de Ricœur.

Para Elizabeth Jelin (2002, p. 22), seriam “[...] memorias compartidas, superpuestas, producto de interacciones múltiples, encuadradas en marcos sociales y en relaciones de poder”. É interessante pensar as memórias ao mesmo tempo como demarcadoras de poder e também como demarcadas por ele. Nessa perspectiva, Jelin propõe que não se tomem as memórias coletivas como dadas, mas que se centre a atenção sobre os processos de sua construção. Para ela, o acontecimento rememorado ganha expressão narrativa e converte-se na maneira que o sujeito constrói um sentido do passado em um relato comunicável. “El acto de recordar presupone tener una experiencia pasada que se activa en el presente” (Jelin, 2002, p. 27). Além disso, a autora observa que nas memórias há sempre contradições, tensões, silêncios, conflitos, ocos, disjunções, assim como lugares de encontro e integração (Jelin, 2002, p. 37). Elizabeth Jelin (2002,

p. 75) termina falando da importância da memória para a história, principalmente nas suas tergiversações, deslocamentos e negações, que permitem a observação de certos enigmas e de perguntas abertas à investigação.

Creio que esses questionamentos e propostas são interessantes para seguirmos com outros tipos de lembranças, ainda mais subjetivas. Vamos passar agora a um ponto importante, que possibilitou reflexões em comum e de certa forma trouxe unidade aos dispersos feminismos que podemos rastrear dentro da Argentina e do Brasil nos anos pós-1968.

Quais livros você leu naquele período?

Esta pergunta era uma das que constavam no questionário levado às mulheres entrevistadas por integrantes do chamado Projeto Cone Sul¹³, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC), e foi respondida por uma centena e meia de mulheres situadas nesse espaço geopolítico (que inclui Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil)¹⁴.

Na comparação de algumas respostas podemos buscar elementos para pensar em trocas indiretas, em histórias que se conectam e que se tocam num processo voluntário, em que muitas mulheres buscaram informações sobre a teoria e as práticas feministas correntes em outros países e acabaram, aí involuntariamente, assemelhando-se na constituição teórica às vizinhas que liam os mesmos materiais, apesar da tradução própria às possibilidades culturais e sociais de seus países.

Depois de levar a cabo outras análises, em outros textos (Cf. Veiga, 2007 e Veiga, no prelo), prefiro neste momento classificar as semelhanças por grupos políticos. Como mencionei anteriormente, as feministas de esquerda, como as argentinas Mirta Henault, Dora Barrancos e Monica Sol, fizeram leituras adequadas ao seu posicionamento político, dentro dos grupos ou partidos de esquerda. Volto a citar os nomes de Juliet

13 A pesquisa *Feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1985)* foi organizada e é conduzida por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

14 A designação Mercosul foi criada em 1991 com propósito comercial na união de Argentina, Uruguai e Brasil, incorporando em seguida o Chile, depois o Paraguai e a Bolívia. O termo Cone Sul, embasado a princípio na geografia, passou a dar um sentido mais amplo ao âmbito das trocas sociais e culturais.

Mitchell e Alexandra Kollontai, ao lado das leituras clássicas de Marx e Engels, entre alguns outros autores.

No Brasil, esse tipo de leitura também foi acompanhado pelas militantes de esquerda como Heleieth Saffioti, Zuleika Alambert, Maria Lygia Quartim de Moraes e Sônia Weidner Maluf. Nas narrativas brasileiras fica clara a influência da própria Heleieth Saffioti sobre as outras. Mesmo as que ainda não se consideravam feministas tiveram algum tipo de identificação com essas leituras.

As mulheres mais próximas ao feminismo chamado radical – uma vertente do feminismo liberal nascido do Movimento de Liberação da Mulher – fizeram outras leituras, de autoras mencionadas acima, como Betty Friedan, Shulamith Firestone, Kate Millett, Germaine Greer, diretamente ligadas à questão da opressão das mulheres, hoje conhecida como opressão de gênero, totalmente afastadas da perspectiva da luta de classes. Outras brasileiras e argentinas que não aparecem neste artigo também relatam o conhecimento das obras feministas.

Mas o denominador comum entre feministas liberais e socialistas aparece no relato da leitura do livro *O segundo sexo* (*Le deuxième sexe*), de Simone de Beauvoir, escrito em 1949, que foi traduzido na maioria dos países sul-americanos na inauguração dos anos 1960. Beauvoir, mesmo não se dizendo feminista naquele momento (depois, sim, a partir de 1970), foi a propulsora intelectual do que se denominou a “segunda onda” do feminismo, considerando as lutas pelo voto na virada do século XIX para o XX como o primeiro momento das manifestações das mulheres. Mas atentemos para o fato de que as sufragistas não eram necessariamente feministas. O diferencial nos anos 60 foi a luta pelo fim da hierarquia entre os sexos e a liberação sexual das mulheres.

Voltando às leituras – que aqui vieram à tona por meio da oralidade, é sempre bom lembrar –, a grande maioria das feministas entrevistadas afirmou o conhecimento da obra de Simone de Beauvoir (sobre as leituras de *O segundo sexo*, cf. Borges, 2007). Apesar de rejeitado em sua influência pelas mulheres mais ligadas à esquerda, o livro tornou-se obrigatório para quem se interessava pelas questões das mulheres. Shulamith Firestone (1970) e Kate Millett (1970) deram sequência às reflexões de Beauvoir, enquanto Betty Friedan (1963) foi acusada de se apropriar de seus argumentos para uma tradução da problemática de *O segundo sexo* mais adequada às mulheres estadunidenses. De acordo com María Luisa

Femenías (2000, p. 30): “Las hijas rebeldes de Beauvoir inician sin más trámite la corriente de la diferencia”. Ou seja, o tipo de feminismo (diferencialista) que colocava homens e mulheres em esferas separadas. Depois, o feminismo da igualdade passou a ganhar espaço, com uma proposta menos radical, que queria justamente o fim das diferenças e da essencialização das mulheres como mulheres, buscando igualdade.

Sara Torres, Dora Barrancos e Lucrecia Ollér contam que a leitura do livro de Beauvoir foi fundamental para a identificação com o feminismo. Sara Torres comenta que começou a se relacionar com a problemática, que ainda não tinha nome de feminismo, a partir de 1959, quando leu *O segundo sexo*. Aos 19 anos, o contato com o livro foi para ela como um disparador, um “clic” que abriu uma outra visão: “[...] a partir daí foi como uma ferramenta para olhar a realidade de um outro ângulo e me dar conta dos papéis definidos, as injustiças dos papéis, a não lógica dos papéis” (Torres, 2007).

Quanto às brasileiras, Heleieth Saffioti e Danda Prado falam da influência da obra entre elas, como entre tantas outras. A leitura do livro era obrigatória em alguns cursos da Universidade de São Paulo (USP) nos anos 1970, assim como nos círculos feministas que começavam a se formar (Costa, 2006). Ler *O segundo sexo* era uma obrigação intelectual para as mulheres naquele período.

A obra de Beauvoir foi traduzida para mais de 30 idiomas e publicada em um grande número de países. Independentemente de ter marcado ou não a vida de suas leitoras, foi uma leitura que não pôde ser ignorada por mulheres interessadas nas discussões sobre sua opressão ou mesmo pelas intelectuais das três décadas posteriores ao seu lançamento (Borges, 2007).

Tudo o que dizia respeito às ideias feministas certamente interessava a quase todas essas mulheres; podiam até criticar ou não concordar com certa obra de determinada autora, mas conheciam o que se dizia sobre feminismo no âmbito mundial e traçaram estratégias, formatando modos de ver o mundo também com base no que tinham a dizer outras autoras (Veiga, 2009, p. 83). Vejo as leituras rememoradas como nós na constituição da rede feminista que procuro apontar. Suas traduções e apropriações também merecem ser discutidas.

Pensar que os textos não permanecem iguais no cruzamento de fronteiras (assim como o fato se transforma ao passar pela memória e seu relato) ajuda a questionar a circulação de materiais vistos como procedentes de um *centro* geopolítico em direção a uma *periferia*. As teorias são filtradas e delas se aproveita aquilo que possa encontrar eco dentro de uma cultura localizada.

A chilena Nelly Richard fala sobre essa apropriação das teorias dos chamados países do *centro* por aqueles considerados de *periferia*. Para ela, as operações de códigos das práticas subalternas reinterpretam e criticam hibridamente os signos da cultura dominante, a partir do seu interior. A autora ataca e desconstrói os argumentos das feministas dos países do Norte que apontam para a divisão entre a teoria produzida por elas e a experiência compartilhada pelas latino-americanas, já que muitas teóricas escrevem a partir de elaborações formuladas por mulheres latino-americanas, consideradas incapazes para a produção teórica (Richard, 2003).

María Luisa Femenías nos fala de “[...] um trabalho de tradução, de ruptura de contextos e de reapropriação como direito à produção de saberes”. Ela argumenta que estar em um lugar onde não se espera que estejamos já nos posiciona como sujeitos-agentes (Femenías, 2000, p. 105-108), o que de certo modo desestabiliza relações de poder constituídas.

Cláudia de Lima Costa argumenta que muitas feministas buscaram maneiras produtivas de estabelecer diálogos na articulação de alianças transnacionais e, para isso, recorreram à prática da tradução como lugar privilegiado para a negociação de diferenças (Costa, 2004, p. 191). A autora nos possibilita pensar sobre as ressignificações surgidas com a leitura dos materiais aos quais brasileiras e argentinas tiveram acesso. Essas leituras (que emergem com vivacidade das entrevistas) podem ter auxiliado na formação de um tipo de rede embasada também nas obras das teóricas compartilhadas, aproximando a prática feminista dos dois países, apesar das fronteiras de especificidades, que vão além dos limites geopolíticos. Estes, sabemos que são borrados.

Os depoimentos colhidos nas entrevistas foram fundamentais no sentido de pensarmos sobre como as apropriações aconteceram, fazendo o sentido inverso, onde a prática (leitura) questionava a teoria. Num último momento, vamos buscar o apoio de outro tipo de fonte (que servirá

também para satisfazer à crítica que afirma a impossibilidade do embasamento histórico apenas em memórias e testemunhos orais). Nos periódicos feministas publicados a partir da década de 1970, podemos encontrar outros nós da teia que começava a ser fiada por mulheres a partir de diversos países. Eles só vêm confirmar o que buscamos mostrar por meio da oralidade de nossas principais fontes, as entrevistas.

Redes nos discursos dos periódicos

A circulação de textos por meio dos livros teve como segunda geração a produção e a circulação de textos nos periódicos feministas. Os periódicos são tratados aqui como fontes discursivas (apesar de não oralizadas) de grupos que buscavam se estabelecer dentro de espaços de poder, legitimando seus discursos e delimitando os locais de onde falavam.

Começaremos por *Nosotras*, o jornal bimestral publicado em Paris, de 1974 a 1977, por Danda Prado e outras latino-americanas que, segundo Danda, “[...] sentiam a necessidade de uma publicação que servisse como uma ponte entre França e América Latina durante um período de silêncio e rigorosa censura em muitas nações daquele continente” (Prado, 1996). Podemos notar a intencionalidade da criação de uma rede de contato e apoio que é trazida para o campo da ação por meio do jornal.

Os jornais feministas brasileiros dessa década, *Brasil Mulher* (1975-1979) e *Nós Mulheres* (1976-1978), com vínculos partidários e guiados pela luta de classes, buscavam se colocar a serviço das mulheres das camadas populares e era para elas que (teoricamente) falavam,¹⁵ enquanto o *Persona* argentino, publicado pela feminista radical María Elena Oddone, parecia muito mais interessado nas notícias de outras partes do mundo. Com a ditadura argentina, esse periódico deixou de ser publicado em 1976, voltando à cena apenas em 1980, com a distensão política e a redemocratização.

Analisando as páginas de *Nosotras*, podemos encontrar referências a grupos, eventos e publicações que ocorriam em diversas partes, além da insistência na importância da conscientização de um número cada vez

15 Sobre os periódicos feministas brasileiros, cf. Teles, 1993; e Leite, 2003.

maior de mulheres. Joana Maria Pedro (2007, p. 320) aponta a divulgação, pelas editoras do periódico, das ações do feminismo em diferentes pontos da América Latina e faziam citações de textos e ações do movimento feminista francês.

A materialidade do papel concretizava de certa forma textos desenvolvidos em meio a protestos e reivindicações, como tradução dos debates de uma luta feminista baseada na oralidade das ruas e dos grupos. Além disso, a difusão de ideias e o desejo de trocas, a partir do exílio, levavam a um sentimento de união.

Analisando as cartas de leitoras que publicava, fica claro que *Nosotras* era lido em diversos locais da Europa e da América Latina.¹⁶ Por correio, uma dinamarquesa busca contato com feministas latino-americanas, visando uma colaboração internacional (*Nosotras*, n. 7, 1974, p. 13). Uma brasileira diz que ficou sabendo da publicação por meio de uma reportagem no *Jornal da Tarde* brasileiro (*Nosotras*, n. 12, 1974, p. 14). É possível observarmos a circulação de informações e de ideias feministas nas páginas do periódico.

Joana Pedro (Pedro, 2007, p. 320-321) aponta ainda a existência de uma rede de contatos internacionais, que mantinha uma linha feminista caracterizada pela união. *Nosotras* foi uma publicação de Paris, mas também da Cidade do México; *Nosotras que nos queremos tanto*, de Madri; *Nós Mulheres*, de São Paulo; *Noi Donne*, de Roma; e *Nos/Otras*, de Santiago do Chile. A autora argumenta que o que unia os grupos que publicavam esses periódicos era a constituição da categoria “mulher” como uma “identidade”. Apenas acrescento que as escolhas dos nomes refletem uma discussão que se dava em âmbito transnacional, marcando fontes de informações comuns, que propiciaram aos poucos a formação desse pensamento e dessa rede.

No Brasil, foi só com *Mulherio* (1981-1987) que o interesse pelo feminismo mundial e o discurso da formação de uma rede apareceu. É preciso considerar a anistia no país e o rompimento das feministas com a esquerda para se compreender a defasagem de quase uma década nos temas abordados por *Mulherio* com relação ao argentino *Persona* e o *Nosotras* publicado em Paris.

16 Mesmo havendo a possibilidade de desconfiarmos da veracidade das cartas e suas origens, já que a divulgação de um discurso também constitui uma escolha.

Os grupos feministas que publicavam jornais estavam alinhados com a proposta de união das mulheres. *Persona*, em 1974, já expressava o desejo de ver todas de mãos dadas na luta contra a opressão específica, frisando a importância da conscientização – conceito originado nos *consciousness raising groups* estadunidenses (*Persona*, n. 1, 1974, p. 37-39). Esse tipo de afirmação corrobora com os depoimentos encontrados nas entrevistas, que expõem os mesmos ideais e as lembranças de uma mesma luta travada pelas feministas que praticavam suas ações, mesmo sem um veículo midiático para divulgá-las, ou podemos ainda pensar nos periódicos como elementos complementares dessa luta, que divulgavam os ideais feministas de acordo com as possibilidades de fala e espaço dentro dos regimes militares. A oralidade “editada” ganhava forma naquelas páginas.

Seguindo uma tendência internacional, o debate na década de 1970 era sobre a importância da conscientização, enquanto nos 80 as feministas pensaram e discutiram a intenção de se formar uma grande irmandade (*sisterhood*). É o que podemos perceber no periódico argentino *Brujas*, lançado em 1983, que passou a discutir ações logradas pela união entre grupos feministas e depois a possibilidade e o desejo de se alcançar um feminismo global, embasado em redes de comunicação (*Brujas*, n. 11, 1985, p. 7; n. 14, 1985, p. 17). Na década de 1980, a rede mundial de computadores veio facilitar uma união que durante muito tempo dependeu de correspondências e trocas pessoais.

Sonia Alvarez (1990, p. 220) observa que redes feministas de relações começaram a se formar entre os grupos brasileiros já a partir dos anos 1970, com uma mobilização na direção das redes feministas internacionais, formadas por organizações de mulheres em escala mundial. Isso não fica claro na análise dos periódicos. Os anos 1980 foram o contexto temporal em que essa expansão ganhou “corpo”, segundo o que registraram essas fontes.

Mulherio, por exemplo, trazia diversas referências estrangeiras, chegando a ter uma seção internacional que abordava assuntos referentes ao feminismo e às relações de gênero em países como México, Cuba, França, Espanha, Suécia, China, Bolívia, Argentina, Argélia, Irã, Nicarágua, entre outros. O jornal falava ainda da importância de uma consciência latino-americana (*Mulherio*, n. 1, 1981; n. 22, 1985).

Apesar das especificidades de cada país e de cada período histórico, os discursos dos periódicos mostram a insistência das mulheres nas suas

reivindicações e a descoberta desse tipo de ferramenta na luta pela superação das desigualdades e dos preconceitos em diversas partes do mundo. É importante frisarmos mais uma vez que eles constituem o registro escrito daquilo que era reivindicado nas ruas ou no “boca a boca”, mas com uma edição própria à censura e às alianças que assumiam.

Com essa curta discussão, esperamos ter convencido a leitoras e leitores sobre o argumento da formação de redes feministas, mapeadas por meio dos relatos, leituras e também pelos discursos registrados nas páginas dos periódicos. O entrecruzamento de fontes e a diversidade do material enriquecem as possibilidades da historiografia, ainda reticente ao tratar dos recursos orais.

As redes que podemos perceber (ou que sugerimos) ao finalizar este artigo deixam seus vestígios nos encontros, voluntários ou não, das viagens e dos exílios, mas também na formação de uma proposta ou de um pensamento feminista difundido a partir de leituras e da circulação de materiais. Paralela e simultaneamente a isso, a publicação desses ideais nas páginas dos periódicos completam o quadro, mostrando, mais do que uma intenção, a lenta e eficaz ação de se tecerem aos poucos os nós e os pontos de conexão com mulheres de outros grupos, cidades, países ou continentes.

A imagem de rede com que trabalhamos aqui adquire sentido instrumental para a proposta de conscientização de um número cada vez maior de mulheres em todo o mundo e podemos situá-la como a principal ferramenta do projeto feminista que ressurgiu com novas características a partir do final da década de 1960 e que, gradativamente, foi ganhando espaço e visibilidade em quase todas as partes do mundo.

A História Oral possibilitada pelos depoimentos questionou outras fontes, escritas, e nelas encontrou seu eco, tornando evidente a importância dos testemunhos como fonte para a constituição do campo historiográfico e das possibilidades abertas por eles para a história dos feminismos da Argentina e Brasil.

Periódicos

Periódicos feministas brasileiros podem ser encontrados no Centro de Informação da Mulher (CIM) e na Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, além de outros acervos. Os exemplares de *Nosotras* foram encontrados na Bibliothèque Marguerite Durand, em Paris. Na Argentina, o Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina (CeDIInCI), localizado em Buenos Aires, guarda exemplares de diversos periódicos feministas argentinos e outros tipos de publicações providas de grupos de esquerda.

Os periódicos aqui analisados estão disponíveis em CDs e fotocópias no LEGH/UFSC. Utilizei diversos números de cada um deles, como apontado no corpo do texto.

Do Brasil

Brasil Mulber (1975/1979)

Nós Mulheres (1976/1978)

Mulherio (1981/1987)

Da Argentina

Brujas (1983 até o presente)

Persona (1974/1976 e 1980/1986)

Da França (exílio)

Nosotras

Entrevistas

ALAMBERT, Zuleika. Entrevista a Roselane Neckel no Rio de Janeiro – RJ. 04.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.

BARRANCOS, Dora. Entrevista a Roselane Neckel em Montevideu – Uruguai. 2006. Acervo do LEGH/UFSC.

COSTA, Albertina de Oliveira. Entrevista a Joana Maria Pedro em São Paulo – SP. 26.08.2006. Acervo do LEGH/UFSC.

HENAULT, Mirta. Entrevista a Ana Maria Veiga em Buenos Aires – Argentina. 23.02.2007. Transcrita por Soraia Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff em Florianópolis – SC. 28.03.2007. Acervo do LEGH/UFSC.

- OLLÉR, Lucrecia. Entrevista a Ana Maria Veiga em Buenos Aires – Argentina. 24.02.2007. Transcrita por Gabriela Marques. Acervo do LEGH/UFSC.
- PRADO, Yolanda (Danda) C. Entrevista a Joana Maria Pedro em São Paulo – SP. 05.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.
- SAFFIOTTI, Heleieth. Entrevista a Joana Maria Pedro em São Paulo – SP. 02.08.2005. Acervo do LEGH/UFSC.
- SOL, Monica. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro em Florianópolis – SC. 04.05.2009. Acervo do LEGH/UFSC.
- TORRES, Sara. Entrevista a Ana Maria Veiga em Buenos Aires – Argentina. 01.03.2007. Transcrita por Ana Maria Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil* – women’s movements in transition politics. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. (1969). In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987.
- BORGES, Joana Vieira. *O segundo sexo: leituras no Brasil*. *Fronteiras* – Revista Catarinense de História, Dossiê História e Gênero, Florianópolis: ANPUH-SC, 15, jun. 2007, p. 55-67.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. V. 1. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: COSTA, C. L. e SCHMIDT, Simone P. (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- FEMENÍAS, María Luisa. *Sobre sujeto y género: lecturas feministas desde Beauvoir a Butler*. Buenos Aires: Catálogos, 2000.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2 ed. Buenos Aires: 2002.
- LEITE, Rosalina S. C. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1), p. 234-241, jan./jun. 2003.
- MALUF, Sônia Weidner. Brazilian feminisms: their central and peripheral questions. In: *Feminist Theory & Activism in Global Perspective*. Londres: Feminist Review, 2009. Comunicação oral. Resumo disponível em <www.feminist-review.com>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los ‘70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (Comps.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, p. 45-62.
- PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noi Donne*. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). *Leituras em rede: gênero*

- e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 307-328.
- PISCITELLI, Alejandro. Enredados. Ciudadanos de la cibercultura. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). *Redes el lenguaje de los vínculos*. 2 ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002.
- PRADO, Danda. A fertile but ambiguous feminist terrain. In: MORGAN, Robin (ed.) *Sisterhood is global*. The International Women's Movement Anthology. 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996 (1984).
- RAVAZZOLA, María Cristina. Las mujeres y las redes sociales. Una mirada sobre las redes sociales teniendo en cuenta las diferencias de género. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). *Redes el lenguaje de los vínculos*. 2. ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002.
- RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: Arte, Cultura, Gênero e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- RICEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUnicamp, 2007.
- SAIDÓN, Osvaldo. Las redes: pensar de outro modo. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp.). *Redes el lenguaje de los vínculos*. 2. ed. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras/UFMG, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- TELES, Maria Amélia de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VEIGA, Ana Maria. Memórias do feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós-1968). In: *História Oral*, v. 10, n. 1, jan.-jun. 2007.
- _____. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- _____. Um mosaico de discursos: redes e fragmentos nos movimentos feministas de Brasil e Argentina. In: PEDRO, Joana M., WOLFF, Cristina S. e VEIGA, Ana M. (Orgs.) *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Vol. 2. Florianópolis, no prelo.

Resumo: Este artigo aborda a possível formação de uma rede feminista a partir do final da década de 1960, que se consolida a partir dos anos 1980. Para isso, trabalha com as possibilidades discursivas oferecidas por testemunhos de feministas brasileiras e argentinas e pelos periódicos publicados por alguns grupos feministas que atuaram nesse período. O mapeamento da rede proposta delinea-se no cruzamento de fontes e na sua inserção no contexto histórico das ditaduras militares instaladas nos dois países, gerando especificidades sul-americanas diante da expansão do movimento feminista no âmbito mundial.

Palavras-chave: redes; memória; feminismo; Argentina e Brasil; transnacionalidade.

Testimonies and other sources: one approach in the steps of feminist networks (Argentina and Brazil after the sixties)

Abstract: This article approaches the possible formation of a feminist network from the end of the sixties that is consolidated from the eighties. Doing that, it works with the discursive possibilities offered by Brazilian and Argentinean feminists' testimonies and by the journals published by some feminist groups that acted in that period of time. The mapping of the purposed network is drawn in the crossing of sources and in their insertion in the historical context of the military dictatorships installed in both countries, engendering South American specificities along with the feminist movement expansion worldwide.

Keywords: networks; memory; feminism; Argentina and Brazil; transnationality.